



# Demonstrações Financeiras 2021/1

**Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred**

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um semestre prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

### **Enfrentamento da Pandemia**

Neste primeiro semestre de 2021, seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes de perto, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucard  
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

ATIVO	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO	30/06/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>	<b>500.902</b>	<b>498.529</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>412.794</b>	<b>408.705</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	1.149	902	DEPÓSITOS	336.896	324.972
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	492.858	490.467	Depósitos à vista	17.310	24.400
Centralização financeira (Nota 04)	113.386	148.246	Depósitos interfinanceiros	16.838	16.614
Relações interfinanceiras ativas	166	-	Depósitos a prazo	302.748	283.958
Operações de crédito (Nota 05)	357.441	322.137	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	49.047	56.237
Outros ativos financeiros (Nota 06)	21.865	20.084	Relações interfinanceiras (Nota 10)	681	63
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 05)	(9.126)	(9.200)	Obrigações por empréstimos (Nota 11)	48.233	56.094
OUTROS ATIVOS (Nota 07)	675	860	Outros passivos financeiros (Nota 12)	133	80
INVESTIMENTOS (Nota 08)	7.722	7.722	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 13)	4.486	4.497
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09)	7.289	7.594	OUTROS PASSIVOS (Nota 14)	22.365	22.999
INTANGÍVEL (Nota 09)	335	184	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>88.108</b>	<b>89.824</b>
			CAPITAL SOCIAL	59.499	57.572
			RESERVAS DE SOBRAS	22.018	18.321
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.591	13.931
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>500.902</b>	<b>498.529</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>500.902</b>	<b>498.529</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred  
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

Descrição das contas	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>26.981</b>	<b>32.709</b>
Operações de crédito	25.459	30.823
Resultado títulos e valores mobiliários	-	2
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1	-
Ingressos depósitos intercooperativos	1.521	1.884
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(8.485)</b>	<b>(11.752)</b>
Operações de captação no mercado	(4.444)	(4.801)
Operações de empréstimos e repasses	(1.965)	(3.754)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.076)	(3.197)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>18.496</b>	<b>20.957</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.925)</b>	<b>(9.922)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços	1.359	1.102
Rendas de tarifas bancárias	294	305
Dispêndios e despesas de pessoal	(6.353)	(6.904)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(5.742)	(4.917)
Dispêndios e despesas tributárias	(59)	(76)
Outros ingressos e receitas operacionais	949	4.501
Outros dispêndios e despesas operacionais	(3.373)	(3.933)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.571</b>	<b>11.035</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>17</b>	<b>(4)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>5.588</b>	<b>11.031</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(490)</b>	<b>(297)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE</b>	<b>5.098</b>	<b>10.734</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucard  
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2020</b>	<b>52.355</b>	<b>11.697</b>	<b>2.909</b>	<b>7.265</b>	<b>74.226</b>
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.469	-	-	-	3.469
Baixas de capital	(2.118)	-	-	-	(2.118)
Juros sobre o capital próprio	2.598	-	-	-	2.598
Resultado do período	-	-	-	10.734	10.734
<b>Saldos no fim do período em 30/06/2020</b>	<b>56.304</b>	<b>11.697</b>	<b>2.909</b>	<b>17.999</b>	<b>88.909</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.949</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.734</b>	<b>14.683</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2021</b>	<b>57.572</b>	<b>15.412</b>	<b>2.909</b>	<b>13.931</b>	<b>89.824</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.326	-	-	(8.326)	-
Destinações para reservas	-	697	3.000	(3.697)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(279)	(279)
Outras destinações	-	-	-	(136)	(136)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.229	-	-	-	4.229
Baixas de capital	(10.628)	-	-	-	(10.628)
Resultado do período	-	-	-	5.098	5.098
<b>Saldos no fim do período em 30/06/2021</b>	<b>59.499</b>	<b>16.109</b>	<b>5.909</b>	<b>6.591</b>	<b>88.108</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.927</b>	<b>697</b>	<b>3.000</b>	<b>(7.340)</b>	<b>(1.716)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred**  
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>5.163</b>	<b>12.621</b>
Resultado do semestre/exercício	5.098	10.734
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>65</b>	<b>1.887</b>
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(74)	1.580
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(245)	-
Depreciação e amortização	387	296
Baixas do ativo permanente	8	10
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(11)	1
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(32.721)</b>	<b>17.119</b>
(Aumento) em relações interfinanceiras ativas	(166)	(101)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(35.304)	18.257
Aumento em relações interfinanceiras passivas	618	393
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(1.781)	2.488
(Aumento) Redução em outros ativos	430	(1.858)
Aumento em depósitos	11.924	19.402
Aumento em passivos financeiros	53	82
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(7.861)	(12.563)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(131)	(146)
(Redução) em outros passivos	(503)	(8.835)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(27.558)</b>	<b>29.740</b>
Aquisição de investimentos	-	(157)
Aquisição de imobilizado de uso	(59)	(359)
Aplicações no intangível	(182)	(52)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(241)</b>	<b>(568)</b>
Integralização de capital	4.229	3.469
Baixa de capital	(10.628)	(2.118)
Juros ao capital próprio	-	2.598
Distribuição de Sobras	(415)	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(6.814)</b>	<b>3.949</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(34.613)</b>	<b>33.121</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	149.148	105.605
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	114.535	138.726

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred**  
**CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84**

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>	5.098	10.734
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	5.098	10.734

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucoed (“Cooperativa”), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste (“Central”) e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi”). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) com início das atividades em 30/10/2000 e sede situada na Av Montevideu, 172, na cidade de Recife - Pernambuco. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 30 de junho de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.000 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 12 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. (“SicrediPar”) – a Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A (“Banco”).

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Reclassificação das cifras comparativas

- (a) Ingressos de depósitos intercooperativos

Em 2021, foi efetuada reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, registrado em 30 de junho de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo estes ser classificados como ingressos e receitas da intermediação financeira.

Os valores reclassificados estão demonstrados no quadro abaixo:

	Reclassificação Jun/20
<b>DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS</b>	
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.884</b>
Ingressos Depósitos Intercooperativos	<b>1.884</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.884)</b>
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	<b>(1.884)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de agosto de 2021.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (71) (2020 - R\$ 138) referente a Atos Não Cooperativos.



**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**d) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**g) Ativos não financeiros mantidos para venda**

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como: a) próprios; b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio. A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos e repasses interfinanceiros**

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

#### o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 05;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 13;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

#### q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	1.149	902
Centralização financeira	113.386	148.246
<b>Total</b>	<b>114.535</b>	<b>149.148</b>

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2020 - 99%).

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 105% do CDI.

#### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	30/06/2021				Total da carteira	31/12/2020
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	2.548	23.149	59.056	270.902	355.655	320.738
Financiamentos	7	210	468	1.101	1.786	1.399
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>2.555</b>	<b>23.359</b>	<b>59.524</b>	<b>272.003</b>	<b>357.441</b>	<b>322.137</b>
Títulos e créditos a receber	-	11.636	4.780	34	16.450	15.112
<b>Total de outros créditos</b>	<b>-</b>	<b>11.636</b>	<b>4.780</b>	<b>34</b>	<b>16.450</b>	<b>15.112</b>
<b>Carteira total</b>	<b>2.555</b>	<b>34.995</b>	<b>64.304</b>	<b>272.037</b>	<b>373.891</b>	<b>337.249</b>
<b>Total circulante</b>					<b>101.854</b>	<b>94.638</b>
<b>Total não circulante</b>					<b>272.037</b>	<b>242.611</b>

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
AA	-	1.028	1.029	-	-
A	0,50	345.701	308.292	1.729	1.541
B	1,00	8.172	9.346	82	94
C	3,00	7.122	5.196	214	156
D	10,00	3.114	4.410	311	441
E	30,00	1.556	1.237	467	371
F	50,00	1.121	1.562	560	781
G	70,00	1.048	1.203	734	842
H	100,00	5.029	4.974	5.029	4.974
<b>Total</b>		<b>373.891</b>	<b>337.249</b>	<b>9.126</b>	<b>9.200</b>

**NOTA 06 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	30/06/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 05)	16.450	15.112
Rendças a receber	133	256
Operações com cartões	635	132
Devedores por depósitos em garantia	4.647	4.584
<b>Total</b>	<b>21.865</b>	<b>20.084</b>
<b>Total circulante</b>	<b>17.184</b>	<b>15.495</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>4.681</b>	<b>4.589</b>

**NOTA 07 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	30/06/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	225	597
Adiantamentos e antecipações salariais	202	37
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	9	6
Adiantamentos para Confederação Sicredi	188	171
Impostos e contribuições a compensar	10	6
Pendências a regularizar	12	19
Outros	29	24
<b>Total circulante</b>	<b>675</b>	<b>860</b>

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**a) Outros valores e bens**

	30/06/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	825
Imóveis	-	825
Despesas antecipadas	225	17
Provisão (Redução do valor recuperável - AMV)	-	(245)
<b>Total circulante</b>	<b>225</b>	<b>597</b>

**NOTA 08 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	30/06/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	6.917	6.917
Sicredi Participações S.A.	798	798
Outras participações e investimentos	7	7
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros investimentos	6	6
<b>Total</b>	<b>7.722</b>	<b>7.722</b>

**NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	10.180	(2.891)	7.289	7.594
Imobilizações em curso	-	23	-	23	1.394
Terrenos	-	366	-	366	366
Edificações	4%	5.159	(997)	4.162	4.072
Instalações	10%	192	(73)	119	31
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	776	(117)	659	116
Móveis e equipamentos	10%	1.945	(861)	1.084	876
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	267	(110)	157	163
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.452	(733)	719	576
Intangível		585	(250)	335	184
Investimentos Confederação		383	(48)	335	184
Outros ativos intangíveis		202	(202)	-	-

**NOTA 10 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

	30/06/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	64	63
Recebimentos e pagamentos a liquidar	617	-
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>63</b>

**a) Repasses Interfinanceiros**

	30/06/2021			Total	31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	64	64	63
<b>Total - Outros Recursos</b>	-	-	64	64	63
<b>Total</b>	-	-	64	64	63
<b>Total não circulante</b>				64	63

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	30/06/2021			Total	31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	4.443	13.328	28.480	46.251	54.118
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	17	1.965	1.982	1.976
<b>Total</b>	<b>4.443</b>	<b>13.345</b>	<b>30.445</b>	<b>48.233</b>	<b>56.094</b>
<b>Total circulante</b>				17.788	17.440
<b>Total não circulante</b>				30.445	38.654

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pela Cooperativa Central, operam com uma taxa até 11,22% a.a. com vencimento até 14/11/2024.

**NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

	30/06/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros	133	80
<b>Total circulante</b>	<b>133</b>	<b>80</b>

**NOTA 13 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	9	22
Cível	Provável	12	10
Tributária	Provável	4.465	4.465
<b>Total não circulante</b>		<b>4.486</b>	<b>4.497</b>

**NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS**

	30/06/2021	31/12/2020
Operações com cartões	16.312	14.836
Provisão para pagamentos a efetuar	1.264	995
Cotas de capital a pagar	1.204	2.512
Provisão para participações nos lucros	490	807
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.307	1.438
Demais fundos constituídos	279	-
Impostos e contribuições a recolher	350	606
Credores diversos	1.089	1.773
Cobrança e arrecadação de tributos	49	-
Pendências a regularizar	21	32
<b>Total circulante</b>	<b>22.365</b>	<b>22.999</b>

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	30/06/2021	31/12/2020
Capital social	59.499	57.572
Total de associados	19.663	18.930

No primeiro semestre de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.927 (junho de 2020 – R\$ 3.949), sendo R\$ 8.326 (junho de 2020 – R\$ 2.598) via integralização de resultados e R\$ 4.229 (junho de 2020 – R\$ 3.469), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 10.628 (junho de 2020 – R\$ 2.118).

**NOTA 16 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração	3.887	4.299
Benefícios	1.252	1.268
Encargos sociais	1.190	1.327
Treinamentos	24	10
<b>Total</b>	<b>6.353</b>	<b>6.904</b>

**NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	30/06/2021	30/06/2020
Absorção de dispêndios - FATES	131	146
Recuperação de encargos e despesas	180	41
Reversão de provisões operacionais	358	4.109
Reversão de provisões para passivos contingentes	15	26
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	9	-
Outras rendas operacionais	256	179
<b>Total</b>	<b>949</b>	<b>4.501</b>

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	30/06/2021	30/06/2020
Descontos concedidos em renegociação e crédito	148	60
Contribuições Cooperativistas	70	61
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	36	87
Contribuição Confederação Sicredi	1.416	1.436
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	418	409
Repasse Administradora de Cartões	-	37
Provisões para passivos contingentes	4	27
Outras provisões operacionais	199	210
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais )	263	250
Risco operacional	49	677
Juros e comissões	1	1
Outras despesas operacionais	769	678
<b>Total</b>	<b>3.373</b>	<b>3.933</b>

**NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

#### VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas\Gestão de Riscos\Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

Giovanni Gomes do Prado  
Diretor Executivo  
CPF: 350.082.704-78

Antonio Medeiros De Souza  
Diretor de Operações  
CPF: 010.622.394-15

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20